

Derrotar o neofascismo e lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores: é tempo de resistência e luta!

[Tese de conjuntura e plano de lutas da corrente sindical e popular *Resistência e Luta ao 34º CONSINASEFE*]

Ofensiva conservadora e neofascismo no Brasil

- 1- Desde 2019 o Brasil vive o momento mais dramático da sua história recente. Sob a égide do Governo Bolsonaro o país está em uma combinação de três crises: a) social e econômica, com vertiginoso crescimento das desigualdades sociais; b) política, fruto da instabilidade permanente pelos ataques às limitadas instituições democráticas liberais, aos movimentos sociais e à esquerda em geral; c) sanitária, ocasionada pela pandemia da COVID-19 e agravada pela política errática e negacionista do governo federal.
- 2- Bolsonaro deixará um rastro de destruição dos direitos da classe trabalhadora, da soberania nacional e de milhares de vidas perdidas pelo trato do governo com a pandemia. Ainda não é possível avaliar com profundidade as consequências dessa combinação de fatores cujas consequências vão perdurar por longos anos. Em termos gerais, o mandato iniciado em 2019 foi mais um capítulo da intensificação dos retrocessos sociais desde o golpe que destituiu Dilma Rousseff em 2016 e em seu lugar colocou seu vice, Michel Temer, com uma proposta nitidamente ultraliberal de desmonte do que restou de patrimônio nacional e das conquistas sociais cravadas na Constituição de 1988.
- 3- Esse ciclo destrutivo encontrou terreno fértil para se desenvolver na esteira da própria experiência do PT no Governo Federal, quando este abdicou de realizar reformas estruturais profundas de caráter democrático-popular – trocando-as por tímidas políticas redistributivas – para governar em prol dos interesses fundamentais do grande capital. Nesse processo, a esquerda em geral desacumulou na organização social e política dos trabalhadores(as), embora tenha obtido vitórias eleitorais. Isso contribuiu para a autoilusão de que seria possível um pacto de longa duração com a grande burguesia, visando mudanças lentas e graduais rumo a um Estado de Bem-Estar-Social.
- 4- Quando parte da burguesia no Brasil virou a chave, deslocando-se da base social que sustentou o neodesenvolvimentismo mitigado do PT para a exigência de retorno do neoliberalismo ortodoxo (meados de 2013), a esquerda em geral viu-se despreparada para enfrentar essa ofensiva conservadora de caráter antinacional e antipopular.
- 5- Nesse mesmo período, desenvolveu-se no país um movimento neofascista, assentado no racismo e no patriarcalismo enraizado em nossa cultura e no ressentimento de setores médios (parte dos trabalhadores de alta renda e pequena burguesia), pressionados pela ascensão de setores da classe trabalhadora e incomodados pela corrosão de um modo de vida marcado por privilégios historicamente acumulados, como, por exemplo, o uso sem direitos trabalhistas e com baixas remunerações de um amplo contingente da população mais pobre do país, como as trabalhadoras domésticas. Além disso, a expansão da renda desses setores não teve o

mesmo ritmo dos segmentos de classe mais abaixo, gerando, inclusive, uma inflação no setor de serviços na faixa dos 12%.

- 6- Não podemos deixar de destacar que setores da própria classe trabalhadora que viveram uma melhora em suas condições de renda e consumo também se viram frustrados com a impossibilidade material de subir degraus acima, pois isso exigiria uma política de distribuição de renda e enfrentamento dos interesses arraigados dos mais ricos que estava fora do radar da conciliação de classes dos governos do PT.
- 7- A base social que deu sustentação ao neodesenvolvimentismo do PT fraturou. De um lado, perdeu base em parte dos setores beneficiados pelo seu governo, por outro lado viu uma parte da grande burguesia abandonar a política neodesenvolvimentista mitigada. A bem da verdade, a burguesia no Brasil teve uma posição ambígua sobre os pilares do rebaixado projeto do PT, isto é, nunca renunciou totalmente ao objetivo de retroceder o “pacto” firmado na Constituição de 1988.
- 8- O que se viu daí em diante foi a construção paulatina de uma unidade insólita entre neofascismo e neoliberalismo. Em um primeiro momento, a agenda neoliberal buscou avançar com Temer e obteve relativo sucesso nessa empreitada. Depois tinha como preferência uma candidatura orgânica do grande capital, Alckmin (PSDB). Com a fragorosa derrota do PSDB em 2018, não hesitou em dar sustentação ao governo Bolsonaro, selando a aliança entre neoliberalismo e neofascismo.

O sentido social e político do bolsonarismo e seu governo

- 9- Bolsonaro é uma liderança neofascista, sendo parte e a principal expressão de um movimento da mesma família do fascismo histórico. Não se trata de um mero “populismo de direita” ou uma liderança autocrática que pretende limitar e controlar as instituições da democracia liberal. Estas características são insuficientes para denominar o neofascismo bolsonarista, até porque podem ser formas mais autoritárias da própria democracia burguesa.
- 10- A denominação de neofascista ao movimento do qual Bolsonaro é a principal expressão, que aqui trataremos como bolsonarismo, é coerente com a base social e os eixos políticos e sociais do fascismo histórico, tais como: a) o apelo à ordem, sempre remetendo a um passado supostamente glorioso e ordenado; b) o discurso anti-modernidade e anti-intelectual, estigmatizando parte da intelectualidade e os valores da modernidade como depravados e desagregadores; c) o controle dos corpos e sexualidades, buscando recompor o padrão das relações patriarcais e heteronormativas; d) o nacionalismo exacerbado, que no caso brasileiro é muito mais simbólico do que efetivo, combatendo tanto o liberalismo (os interesses individuais não podem predominar sobre os interesses da nação) e suas instituições, com ameaças permanentes de ruptura institucional, como o comunismo (a luta de classes é contrária à unidade nacional); e o mais importante: o fortalecimento do capital monopolista.
- 11- O fato do bolsonarismo ser uma ideologia nos marcos do fascismo histórico, porém adaptado às circunstâncias concretas do tempo presente, não significa que o governo ou o regime político em vigor seja neofascista. Em ambos os casos, o domínio dos setores neofascistas no Estado em seu sentido ampliado (Executivo, Judiciário, Legislativo e Sociedade Civil) deveria ser muito maior do que o atual para afirmarmos que estamos diante de um regime neofascista. Uma das marcas da instabilidade política permanente dos últimos anos é justamente o inverso disso, com conflitos de variadas ordens e intensidades com o Poder Judiciário, especialmente

- o STF; dentro do Poder Executivo entre as alas do governo (grupos neofascistas, Forças Armadas, partidos de direita convencionais, lavajatismo etc.); e mesmo no Congresso Nacional.
- 12- Apesar da instabilidade política, o Governo Bolsonaro manteve-se de pé pela convergência de diversas forças sociais e políticas responsáveis pelo golpe de 2016: a grande burguesia, em especial a fração mais associada ao imperialismo; o grande agronegócio moderno; a maioria da classe média, principalmente das faixas de renda mais elevadas; e parte expressiva da pequena burguesia proprietária. Soma-se a essa elite econômica uma grande massa de trabalhadores precarizados, autônomos e informais, politicamente desorganizados¹ e fortemente influenciados pelas grandes igrejas neopentecostais.
- 13- Na esfera política, Bolsonaro é sustentado pelas Forças Armadas e pelo grupo de partidos e lideranças fisiológicas chamado de “Centrão”, além do segmento neofascista, minoritário no Congresso Nacional e hoje com menor peso no governo depois de sucessivas perdas de espaço para acomodar o “Centrão”. O custo dessa base congressional foi o loteamento do governo para que esses setores viabilizassem os mais diversos esquemas corporativos, corruptos e eleitorais.
- 14- Dessa forma, Bolsonaro conseguiu construir uma base na Câmara que lhe permitiu bloquear o impeachment e realizar parte das reformas antinacionais e antipopulares para as quais recebeu apoio do grande capital. No caso da reforma regressiva da Previdência Social, esta foi feita apesar das movimentações erráticas do próprio Bolsonaro, ficando a cargo das representações mais orgânicas e confiáveis do grande capital levá-la adiante, tais como o PSDB e o DEM (que tinha em seus quadros Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados na época). Avançou muito também a privatização da Petrobrás, da Eletrobrás e dos Correios, estas últimas com maior lentidão.
- 15- Outro aspecto importante a ser destacado é a tutela civil, militar e burguesa sobre o governo. Como já pontuamos em outros momentos, “essa tutela não é absoluta e isenta de conflitos e tensões, mas acaba por sustentar o governo, condicionando-o em nome dos interesses do grande capital e suas frações (especialmente o agronegócio e o capital financeiro)”.
- 16- A tutela se dá por dentro e por fora do governo; através do Congresso Nacional ou pela cúpula do judiciário. Conta com variadas formas de pressão e negociação, seja através de agentes mais diretamente ligados ao grande capital, seja com parte da elite política – aí entrando em cena as Forças Armadas – construindo mediações entre Bolsonaro, seus adversários no STF, no Congresso Nacional e com frações do capital. Nesse último aspecto, impõe limites para ações do governo que se chocam com interesses fundamentais do grande capital, como demonstra o recuo de Bolsonaro em relação à China.
- 17- O tom agressivo de Bolsonaro e do núcleo ideológico em seu entorno é um movimento defensivo em duas direções: Bolsonaro eleva o tom quando vê seu clã familiar e aliados mais próximos ameaçados, especialmente pela justiça, e, fala diretamente para sua base de apoio, colocando-se como um líder “antissistema” perseguido em sua cruzada. De certa forma essa é uma tática que tem se mostrado eficiente até agora. Seu principal saldo é a manutenção de uma faixa de apoio próxima dos 25%, tornando-o um candidato competitivo para as eleições presidenciais de 2022.

¹ Ver mais em FILGUEIRAS, Luís. As classes dominantes e o governo Bolsonaro. Le Monde Diplomatique, nº 163, 01 de fevereiro de 2021.

A crise econômica ampliou as desigualdades sociais

- 18- No ano de 2021 o PIB do Brasil cresceu 4,6%. Como a base de comparação foi o tombo de 2020 (-3,9%) por conta da pandemia da COVID-19, a economia brasileira somente retornou ao patamar de 2019. Considerando o período 2011-2021, o crescimento médio anual do PIB foi de menos de 1%. Em geral, a economia encontra-se próxima ao patamar de 2009. Esse quadro de baixo crescimento econômico associa-se também ao aumento das desigualdades sociais no Brasil. Três questões aqui se relacionam: a alta da inflação; a queda da renda do trabalho e a concentração de renda e riqueza.
- 19- De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC), considerada a inflação oficial do país, foi de 10,06% em 2021, o maior índice desde 2015 (10,67%). Os dados segmentados apontam que a inflação atinge de forma diferenciada as faixas de renda, penalizando com maior intensidade os mais pobres. Enquanto nas faixas de renda alta (9,54%) e média-alta (9,66%) a inflação ficou levemente abaixo dos 10%, o mesmo não ocorreu nas faixas de renda média e média-baixa, com 10,26% e 10,4% respectivamente. Nas faixas de renda baixa e renda muito baixa os índices foram de 10,1% e 10,08%².
- 20- Já o valor da cesta básica aumentou em 17 capitais, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). As altas mais expressivas foram registradas em Curitiba (16,30%), Natal (15,42%), Recife (13,42%), Florianópolis (12,02%) e Campo Grande (11,26%). Em São Paulo, o valor da cesta básica equivaleu a 67,86% do salário-mínimo em 2021, maior índice nacional dessa relação³. Na média nacional, o valor da cesta básica ficou em 56% do salário-mínimo.
- 21- Ao analisarmos os reajustes salariais, os dados do DIEESE mostram que 49,8% não repuseram a inflação acumulada, 33,4% foram iguais a inflação acumulada e somente 16,8% dos reajustes foram acima da inflação⁴.
- 22- Apesar da situação do emprego ter melhorado no final de 2021 (11,1%) se comparado com o final de 2020 (14,2%), isso garantiu somente o retorno ao patamar que antecedeu a pandemia em 2019 (11,1%). O desemprego é maior entre os pardos, 12,6%, e pretos, 13,6%, ficando abaixo dos dois dígitos entre os brancos, 9%. Quanto ao recorte de gênero, entre as mulheres esse índice chegou a 13,9% e entre os homens, 9%. Já o rendimento médio real do trabalho caiu 10,75% em 2021 em relação a 2020, indo de R\$ 2.742,00 para R\$ 2.447,00. O patamar de rendimento médio do trabalho é o menor dos últimos 10 anos⁵.
- 23- A recuperação dos índices de emprego se deu à custa de maior informalidade e precarização, com crescimento de 18,3% dos trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada e 13,1%

² Ver mais em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/01/18/Mais-ricos-foram-menos-atingidos-pela-infl%C3%A7%C3%A3o-em-2021>

³ Ver mais em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202112cestabasica.pdf>

⁴ Nesse caso o DIEESE utiliza o INPC ao invés do INPC, mesmo assim os dados ilustram bem os impactos da crise sobre a classe trabalhadora. Ver mais em: [DIEESE - boletim de conjuntura - Nº 31 - A herança de 2021 e o que esperar de 2022 - dezembro/2021](#)

⁵ Ver mais em: <https://static.poder360.com.br/2022/02/pnad-desemprego-24fev2022.pdf>

do trabalho por conta própria⁶. A taxa geral de informalidade foi de 40,7% da população ocupada em 2021 (em 2020 foi de 39%). Essa taxa está na casa dos 40% desde o terceiro trimestre de 2017.

- 24- O Brasil segue ocupando a triste posição de um dos países mais desiguais do mundo. Segundo o Laboratório das Desigualdades Mundiais, que integra a Escola de Economia de Paris e é co-dirigido por Thomas Piketty, os 10% mais ricos do Brasil representam 58,6% da renda nacional. Já o 1% mais rico consome mais de 26% dos ganhos nacionais. Os 50% mais pobres só têm acesso a 10% do total da renda nacional. Isso significa que esse percentual mais pobre da população ganha 29 vezes menos que os 10% mais ricos.
- 25- Quando se trata da renda patrimonial, essa desigualdade fica ainda mais evidente. Em 2021, os 50% mais pobres possuíam apenas 0,4% da riqueza brasileira (ativos financeiros e não financeiros como propriedades imobiliárias). Os 10% mais ricos no Brasil possuem aproximadamente 80% do patrimônio privado do país. A concentração de capital é ainda maior na faixa dos super ricos, o 1% da população, que possuía, em 2021, praticamente a metade (48,9%) da riqueza nacional⁷. Em 2021, o Brasil engordou a lista da Forbes com 40 novos bilionários. O patrimônio combinado dos bilionários brasileiros chega à cifra de R\$ 1,9 trilhões⁸.
- 26- No médio prazo, não há sinais de melhoras substanciais desse quadro social e econômico. Em 2022 a expectativa é de crescimento próximo de zero, nas previsões mais otimistas e, inflação acima de 7%, acima da meta de 5%. Para 2023 e 2024, a previsão de crescimento é de 1,5% e 2%, respectivamente. Como é comum no capitalismo, especialmente em sua fase neoliberal, crescimento econômico não necessariamente significa melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, pois este crescimento para ser minimamente repartido depende da correlação de forças entre as classes sociais. O que observamos no Brasil dos últimos anos é a combinação de baixo crescimento econômico, inflação persistente e maior concentração de renda e riqueza.

A resistência popular e o Fora Bolsonaro!

- 27- O Governo Bolsonaro foi responsável pelo agravamento da aguda crise social que o país vivia antes da sua eleição em 2018. Seu primeiro ano de mandato (2019) foi marcado por relativa recuperação da resistência popular depois das sucessivas derrotas das forças democráticas, populares e socialistas. Fruto dessa breve recuperação, ocasionada pelo desgaste crescente de Bolsonaro à época, desenvolveu-se, com razoável amplitude, a luta pelo *Fora Bolsonaro!* Iniciou-se ali um importante momento de acúmulo de forças que teria o potencial de movimentar, para além da vanguarda social e política mais à esquerda, milhões de brasileiros e brasileiras, criando assim as condições sociais e políticas pelo fim do governo.

⁶ Comparando o último trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020.

⁷ Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>

⁸ Ver mais em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>

- 28- Porém, o avanço da resistência popular esbarrou no desemprego em alta, que dificultava a mobilização mais ampla, permanente e unitária da classe trabalhadora; na vacilação do PT e seus aliados e das organizações populares por eles dirigidas; e, já em 2020, na chegada da pandemia da COVID-19, desarticulando as ações e frentes unitárias de luta contra Bolsonaro.
- 29- O que se viu de março de 2020 em diante foi um show de horrores já fartamente conhecido e sentido pelo país. Apesar da urgência em derrotar Bolsonaro nesse período, a luta pelo seu impeachment emperrou nas dificuldades das forças democráticas, populares e socialistas de desempenharem, no auge da pandemia, o papel de mobilizar o povo para varrer Bolsonaro do governo. Além disso, a maioria da burguesia e das elites políticas no Brasil não aderiu à possibilidade da destituição de Bolsonaro. Em primeiro lugar porque o governo, mesmo de forma errática, se colocara como uma ferramenta para as reformas antinacionais e antipopulares aguardadas pelas classes dominantes. Em segundo lugar porque um grande acordo de transição do governo Bolsonaro para outra alternativa nos marcos do neoliberalismo, porém mais estável politicamente, não se viabilizou.
- 30- O ano de 2021 começou como uma trágica continuidade do período anterior. Mais uma vez o Brasil voltou a viver uma situação cruel com milhares de mortes evitáveis se o governo do país tivesse feito o básico de garantir a testagem e a vacinação em massa, além de melhorar as condições para o SUS salvar vidas na ponta do sistema. O ano de 2021 também foi marcado por uma crise social sem precedentes em nossa história recente, com mais de 100 milhões de brasileiros/as em condição de insegurança alimentar; desemprego na faixa dos 12 milhões e desalentados/as na casa dos 5 milhões (IBGE).
- 31- A resistência popular, mais uma vez, deparou-se com condições sociais e sanitárias muito difíceis. Porém, com o avanço da vacinação, a melhora no quadro da pandemia e a retomada parcial da normalidade, as mobilizações sociais foram retomadas, tendo como principal frente de mobilização a Campanha Fora Bolsonaro.
- 32- A luta pelo *Fora Bolsonaro* mobilizou milhares de pessoas em todos os cantos do país e foi um importante sinal de retomada das mobilizações sociais ainda durante a pandemia. Porém, mesmo sendo bem superiores às mobilizações de apoio a Bolsonaro, não foram suficientes para alterar a correlação de forças na sociedade brasileira e impulsionar o impeachment do presidente pelas mãos das forças democráticas, populares e socialistas, nem para constranger as elites econômicas e políticas a realizarem o processo para não perder o controle da situação.
- 33- Isso pode ser explicado, em primeiro plano, pela situação defensiva da classe trabalhadora e setores oprimidos por conta da crise econômica que, como é comum no capitalismo, atingem principalmente os/as que vivem do próprio trabalho. Mas, como já afirmamos em outros momentos, as vacilações das principais direções da Campanha Fora Bolsonaro também contribuíram com a perda de fôlego dos atos ao direcionar a perspectiva de derrotar Bolsonaro imediatamente para as eleições presidenciais de 2022.
- 34- Desde que Lula conquistou sua liberdade e retomou seus direitos políticos (2019 e 2020) - o que consideramos uma vitória democrática - e passou a liderar as pesquisas, as maiores organizações populares se submeteram a uma perspectiva eleitoreira, realizando manobras que espaçavam os atos e dispersavam a força social até então acumulada.
- 35- A consequência direta dessa movimentação foi o enfraquecimento das mobilizações sociais no final do ano, com grande parte do ativismo social e da sua vanguarda direcionando a expectativa de derrotar Bolsonaro para as urnas em 2022, o que consideramos um grande

risco, já que Bolsonaro praticamente não ficou abaixo dos 20% de popularidade durante todo o seu governo, o que, até agora, tem esvaziado a possibilidade de uma “terceira via” pela direita e lhe dado tempo para se recuperar através do uso ostensivo da máquina do Estado⁹.

2022: a centralidade da luta deve ser nas ruas pelo Fora Bolsonaro e Mourão!

- 36- O ano de 2022 começa com a expectativa de que Bolsonaro seja derrotado nas urnas. Mas, como já afirmamos, isso não está dado. Não há garantias de que os arbítrios de 2016 (golpe) e 2018 (prisão de Lula e sua exclusão do processo eleitoral) não se repitam, com novas formas e roupagens.
- 37- Vinte anos depois da primeira eleição de Lula para a Presidência da República, a possibilidade de seu retorno para um terceiro mandato tem capturado a esperança de setores democráticos, populares e socialistas por um ciclo distinto do que vivemos nos últimos anos.
- 38- Lula não apresentou nada além de um genérico retorno aos tempos do neodesenvolvimentismo mitigado dos seus mandatos (2003-2010). Nesse período, foram desenvolvidas medidas redistributivas no campo de menor resistência do grande capital, isto é, sem mexer nos interesses fundamentais da burguesia no Brasil, o que explica seus altos índices de popularidade quando encerrou seu primeiro ciclo no governo federal (2010). Em uma análise rigorosa dos governos do PT, é possível constatar que a hegemonia burguesa se fortaleceu em todos os sentidos: econômico, político, ideológico e cultural. A questão é que o contexto é outro e bem pior do que o encontrado no início dos anos 2000, marcado por forte clima de incerteza após os piores momentos da pandemia da COVID-19 e da Guerra na Ucrânia¹⁰, cuja durabilidade, impactos geopolíticos e econômicos ainda não são possíveis de serem dimensionados.
- 39- Não estamos em circunstâncias estáveis em níveis internacional e nacional. A esquerda, independente das divergências táticas do processo eleitoral e das candidaturas que serão apresentadas, deve construir uma campanha sintonizada com as lutas de resistência de nosso povo, tanto sendo parte delas como também contribuindo com sua organização e ampliação. A consigna do Fora Bolsonaro e Mourão continua sendo capaz de aglutinar diferentes setores em torno de uma tática comum, mas é preciso combater a vacilação tática que tem sido a marca da campanha Fora Bolsonaro.
- 40- As organizações populares, direções das entidades e movimentos populares e oposições sindicais e estudantis do campo combativo devem construir uma tática comum para a disputa na campanha Fora Bolsonaro e na sociedade em geral. A fragmentação do campo combativo em várias centrais sindicais de diferentes pesos é um problema de ordem estratégica cuja solução não será imediata. Mas isso não deve ser um impeditivo para maior unidade tática na

⁹ As recentes pesquisas de opinião realizadas nos primeiros meses de 2022 já mostram uma tendência de redução da diferença entre Lula e Bolsonaro, com Lula caindo, ainda na margem de erro, e Bolsonaro subindo, já acima da margem de erro, segundo alguns institutos.

disputa mais geral na sociedade e contra os setores burocratizados do movimento sindical, popular e estudantil. Sem superar, pelo menos parcialmente, o problema da fragmentação do campo combativo não seremos influentes para impulsionar um quadro melhor de mobilização social para os próximos anos, e essa necessidade independe do resultado do processo eleitoral, pois muitas lutas virão, independente do resultado das urnas.

- 41- Construir maior unidade nos movimentos sociais em torno do Fora Bolsonaro e Mourão, casado com maior organização dos setores combativos, portanto, é fundamental. É igualmente importante que, além do combate aos ataques aos direitos do povo, a esquerda apresente uma plataforma emergencial articulada com um projeto democrático e popular (antimonopolista, antilatidundiário, anti-imperialista, ecossocialista, democrático radical e contra todas as opressões) que acumule forças para o socialismo. Essa plataforma emergencial não deve ter um fim meramente propagandístico; ela deve responder a elementos concretos da crise atual, mas indo além de medidas pontuais.
- 42- A disputa de 2022 não é somente para derrotar o bolsonarismo. É também para derrotar a agenda ultraliberal hoje impulsionada pelo atual governo. É um erro avaliar que estas duas dimensões estão deslocadas uma da outra. As medidas antinacionais e antipopulares devem ser revogadas para derrotarmos concretamente as forças políticas e sociais que impulsionaram o golpe de 2016, a eleição e sustentação do Governo Bolsonaro. É preciso que apresentemos à classe trabalhadora, juventude, negros e negras, indígenas, quilombolas, mulheres e LGBBQIA+ uma plataforma programática que efetivamente aponte saídas para a crise brasileira em benefício da maioria do povo trabalhador.
- 43- As organizações populares devem realizar campanhas vinculadas à resistência popular (empresas, escolas, universidades, bairros, ocupações etc.) que hoje encontra-se dispersa e fragmentada. Devemos fazer do processo eleitoral uma etapa da luta de massas que é necessária para derrotar o bolsonarismo e o ultraliberalismo. Os comitês e atos de campanha devem ser permanentes instrumentos de organização popular, mobilização social e formação política.
- 44- Tão importante quanto impor uma derrota eleitoral a Bolsonaro, é impor uma derrota social e política. Isso só será possível se a esquerda reconquistar milhões de corações e mentes que foram perdidas para o desencanto, retomando a esperança de dias melhores a partir da sua própria organização e luta. Sem termos isso como objetivo nítido em 2022 e nos anos que virão, não conseguiremos isolar e derrotar os segmentos neofascistas e seus aliados.

A necessidade histórica de uma saída da crise pela esquerda

- 45- A esquerda socialista não pode abster-se de apresentar ao país uma alternativa de saída da crise em direção aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, dos negros e negras, das mulheres, da juventude, dos indígenas, dos quilombolas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos LGBTTQIA+, povo de terreiro, isto é, de todos os setores historicamente explorados e oprimidos.
- 46- Uma alternativa como essa deve dialogar com o nível de consciência do nosso povo, mas buscando elevá-la para além do “melhorismo”. Um programa de esquerda, portanto, deve ser uma mediação entre as condições objetivas e as condições subjetivas existentes, com seus limites, contradições e potenciais. Um programa que se colocar apartado dessa mediação será

mera propaganda incapaz de colocar em movimento a população explorada e oprimida historicamente.

- 47- Devemos defender um programa anti-monopolista, anti-latifundiário, anti-imperialista, democrática-radical, ecossocialista e contra todas as opressões, sob hegemonia da classe trabalhadora e rumo ao socialismo, como um instrumento fundamental para a disputa de hegemonia na sociedade brasileira. Essa alternativa programática deve ser apresentada e desenvolvida nas lutas travadas na conjuntura.

Construir o futuro nas lutas do presente: tarefas táticas prioritárias

48- Defender os serviços públicos e derrotar em definitivo a Reforma Administrativa.

No final de 2021 a combinação de lutas das servidoras e servidores públicos, resistência dos parlamentares de centro-esquerda e esquerda e pragmatismo eleitoral dos congressistas conseguiu barrar a PEC 32 da Reforma Administrativa. Esta Reforma Administrativa traria um enorme impacto na qualidade dos serviços públicos, extinguindo grande parte das suas carreiras e permitindo o retorno a uma estrutura de indicações políticas e a ampliação da contratação de empresas terceirizadas, gerando perda de qualidade do serviço ofertado à população e piora das condições de trabalho dos servidores públicos. Obtivemos uma vitória parcial interditando sua tramitação, mas não a derrotamos completamente. Essa é uma pauta que deve voltar ao debate a partir de 2023 e devemos nos preparar para enfrentá-la.

49- Lutar por reajuste salarial que recupere as perdas dos trabalhadores, com salários congelados há vários anos.

Devemos encaminhar a luta em todas as esferas para a recuperação do valor dos salários, que, diante da alta inflacionária, estão acumulando perdas. Várias categorias - federais, estaduais e municipais apontam para a possibilidade de greves para o próximo período. Devemos nos juntar a essas lutas, construindo atos unitários onde for possível. Soma-se a isso a luta pelo pagamento do piso salarial dos professores e professoras nos estados e municípios, com participação de educadores e educadoras indígenas. Devemos participar ativamente dessas mobilizações constituindo frentes de luta nas esferas municipais e estaduais. Na esfera federal devemos fortalecer nossas articulações junto à esquerda combativa no FONASEFE, pautando a necessidade de manter as categorias mobilizadas, criando assim as condições necessárias para a Greve dos Servidores Públicos que está em pauta nas categorias e neste fórum.

- 50- **Defender a educação pública, gratuita e de qualidade.** A pandemia da COVID-19 impactou na capacidade de mobilização social das instituições de ensino. Estas sofreram grandes cortes orçamentários, especialmente na esfera federal, e o efeito desses cortes foram mitigados pelo limitado funcionamento que a pandemia impôs. Com o retorno integralmente presencial, os impactos do sucateamento das instituições de ensino ficarão evidentes e isso recolocará no cenário político nacional os estudantes e servidores da educação que foram fundamentais para as primeiras mobilizações de massa contra Bolsonaro em 2019 (Tsunami da Educação). A luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade deve adquirir maior força no próximo período e devemos impulsionar a formação de frentes de luta nos estados e em nível nacional. Essas frentes devem ser formadas de baixo para cima, intensificando o trabalho junto à base do movimento estudantil e de servidores da educação.

- 51- Lutar pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária.** A classe trabalhadora sofreu sucessivas perdas e reduções de direitos nos últimos anos, mesmo antes do golpe de 2016 e dos governos Temer e Bolsonaro, que intensificaram esses ataques. A esquerda deve atuar com dois objetivos que estão entrelaçados: derrotar o neofascismo nas ruas e nas urnas e reconquistar e ampliar direitos perdidos nos últimos anos, conquistando para a classe trabalhadora precarizada pelas novas formas de trabalho contemporâneas o acesso a esses direitos trabalhistas e previdenciários. Trata-se de uma tarefa tática que exige dos sindicatos, associações e organizações populares intenso processo de trabalho de base junto às categorias organizadas e maior atuação para organizar segmentos da classe trabalhadora precarizados e dispersos. A luta pela revogação dos ataques sofridos pela classe trabalhadora exige também que os setores combativos do movimento sindical e popular reduzam a fragmentação na qual se encontram, construindo patamares mínimos de unidade tática. Sem isso, não conseguirão ampliar sua base social e combater as direções burocráticas das maiores centrais (dentre elas CUT e CTB) que não têm impulsionado permanentemente as lutas sindicais e populares no último período, o que pode levar a classe trabalhadora a maiores derrotas.
- 52- Lutar pela vida plena, livre e igualitária das mulheres.** Uma das características mais marcantes do crescimento do neofascismo no Brasil foi os intensos ataques às lutas e conquistas dos movimentos feministas. O machismo e a misoginia se manifestaram na ampliação da violência contra as mulheres, tendo o covarde assassinato de Marielle Franco como ponto máximo desse processo. Cresce a violência política de gênero, com assédio sexual no espaço legislativo, ataques e ameaças de morte especialmente às parlamentares lésbicas, trans e bissexuais. Mas os movimentos feministas não deixaram de travar batalhas necessárias para todos e todas que buscam um mundo justo e igualitário. Assim, impulsionaram as maiores mobilizações contra Bolsonaro em 2018, com o #EleNão, e tiveram papel fundamental na oposição ao seu governo, embora venha demonstrando menor potencial de mobilização de rua neste 8M. As lutas por respeito à sua liberdade, aos seus corpos e por igualdade de direitos e deveres nas esferas públicas e privadas devem ser parte do nosso movimento de resistência à ofensiva conservadora e por um futuro de plenos direitos e igualdade. Seguiremos incansáveis na luta pela memória e por justiça para Marielle e Anderson.
- 53- Contra o genocídio dos negros e negras. Por um futuro de liberdade e igualdade.** Constantemente nos deparamos com a morte da juventude negra nas grandes cidades brasileiras. Apesar da redução de 7% dos números de homicídio em 2021, em comparação com 2020, a maioria das vítimas continua sendo da população negra. Segundo os dados do Instituto Sou da Paz¹¹, os negros e negras representam 78% das mortes por armas de fogo no Brasil. Além da violência, os negros e negras recebem, em média, 40,8% a menos do que os trabalhadores brancos/brancas, considerando todas as faixas de escolaridade¹². As desigualdades entre a população branca e a população negra também estão presentes na educação. Segundo a OCDE,

¹¹ Trata-se de dados de 2019. Os dados de 2021 ainda estão sendo compilados, mas a tendência é de pouca alteração nesse percentual. Ver mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-representam-78-das-pessoas-mortas-por-armas-de-fogo-no-brasil/>

¹² Segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2020 do IBGE. Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/pretos-e-pardos-com-curso-universitario-ganham-31-menos-do-que-brancos-diz-ibge.shtml>

somente 60% da juventude negra entre 18 e 29 anos concluem o Ensino Médio. Entre a população branca essa taxa é de 76%. Lutar por igualdade passa necessariamente por combater o racismo estrutural que se materializa na violência sofrida majoritariamente por negros e negras, nas desigualdades no acesso à educação e não conclusão das suas etapas, nas diferenças salariais no mercado de trabalho, sendo igualmente necessário combater o racismo religioso. Devemos cerrar fileiras com o movimento negro no combate a essas e outras faces do racismo. Isso passa pela defesa da continuidade e ampliação das políticas de ações afirmativas, conquistando políticas públicas de acesso e permanência nas instituições educacionais, especialmente de nível superior, por medidas efetivas nos setores público e privado de combate às desigualdades salariais para os mesmos níveis de formação, e no combate sem tréguas à violência de Estado que tira a vida de milhares de pessoas negras, especialmente jovens das periferias, todos os dias.

54- **Defender os territórios indígenas, quilombolas e comunidades campesinas.** Nos últimos tempos a mineração, o agronegócio e a especulação imobiliária (rural e urbana) realizaram intensas incursões nos territórios indígenas, quilombolas e campesinos. Foram expandindo suas atividades de forma legal, a partir de mudanças nos marcos regulatórios, e ilegal, a partir da sabotagem aos órgãos de fiscalização e repressão, o uso de incêndios criminosos e da invasão de diversas áreas das populações indígenas, quilombolas e campesinas. Estas ações contaram com o estímulo e anuência do Governo Bolsonaro. As populações desses territórios, especialmente as indígenas, vêm resistindo bravamente contra a tese do marco temporal chegando a realizar em setembro de 2021 a maior manifestação indígena pós Constituinte com mais de 6 mil indígenas de 170 etnias acampando em Brasília; os movimentos indígenas brasileiro vêm ampliando apoio para sua defesa entre a sociedade civil organizada, artistas e intelectuais. Também realizaram pressões internacionais, denunciando os crimes ambientais de Bolsonaro e criando embaraços para frações do agronegócio e da mineração junto a alguns mercados internacionais. Essa movimentação cresceu e tem sido importante marco das lutas de resistência contra a selvageria do modelo liberal periférico que é marca da economia nacional. Estas lutas devem contar com nosso apoio e engajamento direto, através da formação de redes de apoio, incidindo sobre os rumos gerais dos movimentos organizados e, organizando novos movimentos nos setores que ainda se encontram dispersos e desorganizados para resistir. A participação ativa nas agendas de luta desses setores deve ser parte de nossa tática para o próximo período.

55- **Por uma Reforma Urbana democrática, popular e contra a gentrificação.**

O empobrecimento da população brasileira tem como impactos imediatos e mais visíveis a piora das condições de moradia ou mesmo a ampliação dos sem-teto, seja nas ocupações ou como moradores de rua. A crise econômica não reduziu os preços dos imóveis e terrenos. Pelo contrário, gerou maior valorização de várias áreas e imóveis e, conseqüentemente, a expulsão de pessoas e famílias dos seus locais de moradia ou da população de rua das áreas centrais das cidades. Os programas de moradia desenvolvidos nos governos anteriores - dentre eles o Minha Casa, Minha Vida - não resolveram o déficit habitacional, principalmente nas menores faixas de renda. Com os cortes orçamentários para a habitação popular no Governo Bolsonaro a situação tornou-se ainda pior. Devemos apoiar essas lutas, contribuindo com os movimentos sociais organizados de luta por moradia quando for possível.

56- Em defesa da Petrobrás como empresa pública, que deve servir ao povo brasileiro!

Reestatização das refinarias e unidades produtivas de fertilizantes para garantir a soberania nacional e reduzir o impacto da crise global sobre o país; pela reestatização da Petrobrás, que hoje atende prioritariamente aos interesses privados, dando lucros abusivos aos acionistas enquanto o povo não consegue nem comprar gás de cozinha. Revogação da paridade de preços internacionais de combustíveis, revertendo os preços abusivos da gasolina, diesel e gás de cozinha.

Conclusão: Contribuir para a construção de um mundo com menos desigualdade

Os momentos de crise também oferecem possibilidades de futuro. As organizações sindicais e populares devem estar decididas a construir – junto a todos e todas que lutam contra a exploração e a opressão capitalista – alternativas de plena igualdade, liberdade e democracia. No cotidiano das lutas de nosso povo estão presentes potenciais adormecidos de nossa resistência histórica negra, indígena, feminista e popular. Tornar esse potencial em novas lutas organizadas em busca da emancipação de todas as formas de dominação e exploração é o nosso desafio de agora. O despertar da esperança por novos tempos só será possível se desenvolvermos plenamente nossa capacidade de sonhar e criar o futuro que queremos.

PLANO DE LUTAS:

- 1- Lutar, juntamente com as demais entidades do FONASEFE, por recomposição emergencial de perdas salariais dos últimos cinco anos, definindo o índice e a forma dessa recomposição de acordo com os prazos definidos pela legislação;
- 2- Construir nas bases a greve nacional dos servidores públicos federais e acumular para a construção de uma greve geral;
- 3- Lutar pela garantia do direito de greve, ameaçado pela IN 54, que determina corte de ponto mesmo sem decisão judicial;
- 4- Lutar pela retirada da PEC 32 do Congresso, e não apenas a suspensão de sua tramitação;
- 5- Lutar pela anulação da reforma trabalhista, que precariza ao extremo as relações de trabalho, aumentando a exploração da classe trabalhadora;
- 6- Defender a anulação da reforma da Previdência, que dificulta em muito, e até impede em muitos casos, que os trabalhadores alcancem uma aposentadoria minimamente digna em seu tempo de vida, e que possam deixar pensões dignas para seus dependentes, em caso de falecimento;
- 7- Lutar contra a perda de direitos e o aumento do assédio moral decorrentes do trabalho remoto pós-pandemia, em que o trabalhador tem que bancar o custo de seus instrumentos de trabalho e o consumo de energia, internet e manutenção; que os custos do trabalho remoto, quando mantido, sejam bancados pelo governo;
- 8- Lutar contra a implantação do ponto eletrônico, que se caracteriza como assédio moral,
- 9- Lutar contra a implantação da portaria 983, que impõe ponto eletrônico e precariza o trabalho docente, ao inviabilizar a pesquisa, pelo aumento da carga em sala de aula;

- 10- Defender a valorização da carreira dos TAES, com a garantia da concessão de afastamento para pós-graduação stricto sensu;
- 11- Defender a extensão da RSC para TAES e aposentados que já faziam jus ao benefício ao se aposentarem;
- 12- Defender a unificação dos setores combativos da classe trabalhadora em uma única central, para potencializar a organização das lutas dos trabalhadores;
- 13- Seguir na defesa firme da autonomia do movimento sindical frente a partidos políticos, governos e patrões e fazer sempre a luta em defesa dos direitos da categoria e dos trabalhadores de modo mais amplo, independente de quem seja governo ou oposição;
- 14- Seguir na luta pelo “Fora Bolsonaro e Mourão”! Bolsonaro nunca mais! Fora neofascistas!

Assinam esta tese:

- 1- Magda Furtado – Direção Nacional /seção sindical SINDSCOPE
- 2- Fabiano Brito Santos – seção sindical IFBA
- 3- Ronaldo Naziazeno – seção sindical IFBA
- 4- Natália Cavalcanti – seção sindical IFPA
- 5- Jean Zeferino Rodrigues – seção sindical IFSP
- 6- Rogério Silva – seção sindical IFBA
- 7- Alissom Lima – seção sindical IFBA
- 8- Cezar Miranda – seção sindical IFBA
- 9- Elane Correia – seção sindical IFBA